



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS DE ERECHIM
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

PRISCILA DE OLIVEIRA

**A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE CARÁTER DEPENDENTE: O
CASO EMPRESA ARAUPEL S.A.**

VERANÓPOLIS

2017

PRISCILA DE OLIVEIRA

**A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE CARÁTER DEPENDENTE: O
CASO DA EMPRESA ARAUPEL S.A.**

Trabalho de Conclusão do curso de graduação
apresentado como requisito para obtenção de grau de
Licenciando em História pela Universidade Federal
da Fronteira Sul

Orientador: Prof. Elemar Cezimbra

VERANÓPOLIS

2017

PROGRAD/DBIB - Divisão de Bibliotecas

Oliveira, Priscila de
A consolidação de uma economia de caráter dependente:
O caso da empresa Araupel S.A/ Priscila de Oliveira. --
2017.
49 f.

Orientador: Elemar Cezimbra.

Co-orientador: Igor Chiosini de Nadai.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal da Fronteira Sul, Curso de
Graduação em História - Licenciatura , Erechim, RS ,
2017.

1. Economia Dependente. 2. Projeto Político . 3.
Araupel S.A. I. Cezimbra, Elemar, orient. II. Nadai,
Igor Chiosini de, co-orient. III. Universidade Federal
da Fronteira Sul. IV. Título.

PRISCILA DE OLIVEIRA DE JESUS

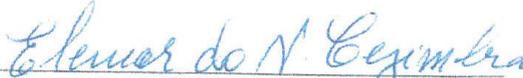
“A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ECONOMIA DE CARÁTER DEPENDENTE:
O CASO EMPRESA ARAUPEL S.A.”

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado como requisito para obtenção de grau de Licenciado em História da Universidade Federal da Fronteira Sul

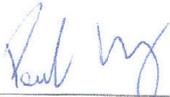
Orientador: Prof. Elemar Cezimbra

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 24/11/2017

Banca examinadora:


Prof. Elemar Cezimbra


Prof. Luiz Henrique Gomes de Moura


Prof. Paulo Porto Borges

AGRADECIMENTO

Agradeço o Movimento Sem Terra – MST, do qual faço parte e a toda a coletividade Sem Terra, que permanecem aguerridos e fortes nas lutas e enfrentamentos de todos os dias, isso nos mantêm de pé dispostos a sempre estar melhor preparados e preparadas para a luta política urgente e necessária.

Agradeço ao ITERRA – Instituto de Educação e Pesquisa da Reforma Agrária, hoje escola Josué de Castro, a escola da pedagogia socialista, que garantiu espaço, método e direcionamento político para o curso.

Um agradecimento fraterno a todos os companheiros e companheiras que compuseram a turma Eduardo Galeano, Camaradas de luta, de sonho e de classe. Tê-los por perto me faz acreditar na humanidade e na revolução.

Agradeço também ao povo simples da cidade de Veranópolis que nos receberam, sem receio: Um abraço especial ao Luis Guerra, dono do boteco de todas os fins de semana; A senhora do mercado que não me recordo o nome, e que teve em nós uma experiência diferenciada.

Esse curso só foi possível graças a essa grande coletividade...

“ Até hoje muitas correntes historiográficas acadêmicas desfalecem sob o julgo normano, e o gérmen de Guilherme, o Bastardo, ocupa as cátedras.” (THOMPSON p. 185)

RESUMO

O presente trabalho busca compreender os fatores condicionantes na economia brasileira que possibilitaram a empresa Giacomet & Marondin. S.A., hoje Araupel S.A instalar-se na região Centro – Sul, do estado do Paraná, na década de 1972. Para tanto utilizou-se, do conceito de capitalismo dependente de Ruy Mauro Marini, de modo a reconstruir a trajetória de desenvolvimento capitalista, e compreender a vitória da burguesia em 1964, que redireciona e consolida um projeto hegemônico para a economia brasileira. A pesquisa utilizou-se de alguns documentos disponibilizados online pela empresa, análise de cadeia dominial de imóveis em propriedade da empresa, teses e dissertações acerca do tema. Dessa maneira, o resultado encontrado, se deve ao fato de que burguesia brasileira galgou uma outra forma de aumentar sua taxa de lucro sem romper com o setor agroexportador e a concentração fundiária, através da exploração da renda fundiária. Esse período estreita o caráter agroexportador, dependente e subordinado ao capital internacional de nossa economia. Conclui-se, que a instalação e consolidação da empresa, nesse período explica-se por essa condição. Está vinculada a ela.

Palavras Chaves: Economia Dependente, Projeto Político, Araupel S/A.

RESUMEN

El presente trabajo busca comprender los factores condicionantes en la economía brasileña que posibilitaron a la empresa Giacomet & Marondin. Araupel S.A se instala en la región Centro-sur , del Estao de Parana, en la década de 1973. Por ese momento se utilizo el concepto del capitalismo dependiente de Ruy Mauro Marini, de forma de reconstruir la trayectoria de desarrollo capitalista y comprender la victoria de la burguesía en 1964, que redirecciona y consolida un proyecto hegemónico para la economía brasileña. La investigación se utilizó de algunos documentos disponibles online por la empresa, análisis de cadena dominial de inmuebles en propiedad de la empresa, tesis y disertaciones a cerca del tema. De esta manera, el resultado encontrado, se debe al hecho de que burguesía brasileña encontró otra forma de aumentar su tasa de ganancia sin romper con el sector agroexportador y la concentración agraria, a través de la explotación de la renta de la tierra. Esto se expresa en la victoria del proyecto de la burguesía en 1964 que consolidó una economía de carácter agroexportadora, dependiente y subordinada al capital internacional. Se concluye que la instalación y consolidación de la empresa, en ese período se explica por esa condición. Está vinculada a ella.

Palabra Clave: Economía Dependiente, Proyecto Político, Araupel S/A.

SUMÁRIO

SUMÁRIO.....	9
1 Introdução.....	10
2 Projeto de Classe e Pacto Político: Trajetória histórica da economia brasileira.....	13
2.1 Teoria Social Latino Americana: Da Cepal a Teoria da Dependência.....	14
2.2 A forma peculiar de nossa economia dependente.....	16
2.3 A reprodução do capital no campo: lógica de funcionamento do capitalismo dependente	19
2.4 A composição do pacto político.....	22
2.5 Crise de Projeto: A industrialização Brasileira e o Setor Agroexportador.....	23
3 O caso Araupel.....	32
3.1 Araupel e a Grilagem de Terras.....	35
3.2 Sobre a empresa Araupel S.A.....	39
4 Araupel S.A e o Projeto de Classe.....	41
5. Considerações Finais.....	47
6 Referências Bibliográficas:.....	48

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa histórica busca compreender um problema de nosso tempo: A lógica doentia e excludente de nossa economia. Alçando luz a um exemplo histórico: A empresa Araupel S.A.. Empresa madeireira instalada na região Centro – Sul do estado do Paraná, proprietária de um latifúndio de área 85.000 ha, que correspondem as fazenda Pinho Ralo, Rio das Cobras e Campo Novo, se instala na região no ano de 1972, com o fusão de dois grupos empresariais do ramo da madeira, ainda no Rio Grande do Sul, constituindo a empresa Giacomet-Marondin Indústria de Madeiras S.A.. A partir de então, sua primeira intervenção no território passa a obter terras na região sudoeste do estado. As áreas da Araupel, são até os nossos dias palco das lutas pela terra, que remontam os conflitos com os indígenas, caboclos e posseiros, datado da ocupação do território pela empresa. É na década de 90, a primeira ocupação nas fazendas da Araupel, pelos camponeses Sem Terra do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que permanecem disputando esses espaços, e recolocando em pauta a disputa de projeto de campo e de sociedade.

A luta pela terra em nosso país esteve fortemente ligada a uma condição de exclusão dos camponeses da propriedade da terra, têm na terra, ou na renda fundiária, como postulou MARTINS (1981) a contradição fundamental entre o camponês e o latifundiário. Em um país que desde a colônia, funda-se articulado com o desenvolvimento do capitalismo mundial, em uma condição de dependência. Isso articulado com uma política consolidada sob bases autoritárias, coronelísticas, de uma elite que não têm pretensões nacionalistas, nem mesmo identidade com o Brasil e os brasileiros.

Pretende-se com essa pesquisa compreender os condicionantes na política nacional e estadual, bem como de projeto societário que possibilitam a instalação da empresa na região na década de 1972, em plena ditadura militar. A hipótese principal, é de que a vitória da burguesia em 1964 consolida um projeto hegemônico de reorientação de nossa economia, e atenuação da relação de dependência, sendo a empresa Araupel expressão desse projeto, bem como vinculada a ele. E existe dessa maneira por condição da vitória do projeto da burguesia em 1964. O objeto de nossa pesquisa é uma empresa grande proprietária de terra, grileira, dependente e assassina, desvelar sua lógica dependente, entreguista, de degradação da

natureza e dos trabalhadores e trabalhadoras, é de suma importância para a pesquisa histórica vinculada organicamente com o projeto político.

Busca-se, desse modo, coerência frente a uma categoria de história, ao qual o historiador marxista britânico Edward P. Thompson, foi precursor: “ história vista de baixo”. ele inaugurou uma outra forma de tratar a ciência histórica, principalmente em trazer para a história os trabalhadores e trabalhadoras, ou simplesmente, o que foi a plebe, os bandidos, as prostitutas, camponeses, isso ampliou a utilização da nossa ciência, bem como sua própria capacidade. Por muito tempo, as páginas da história estiveram “limpas” do barro sujo de ruas e vielas onde os pobres vivem e trabalham.

Isso não quer dizer, no entanto, que basta trazer o pobre para as páginas da história, mesmo isso já sendo bastante, pois aos trabalhadores e aos pobres foi negado a participação na política e também a participação na história escrita.

No entanto é preciso fazer buscando ser coerente com a ciência histórica frente as múltiplas determinações que compõe a nossa realidade. “Em um dado momento, abandona-se a defesa de uma certa visão da história: deve-se defender a própria história.” THOMPSON (2001 p., 196).

Para tanto nossa pesquisa orienta-se pela teoria da dependência, tendo como principal autor Ruy Mauro Marini, de forma a compreender a forma peculiar de nosso capitalismo. O primeiro capítulo faz uma retomada histórica a cerca de nossa opção de corrente teórica, alguns pressupostos teóricos fundamentais; bem como uma reconstrução histórica da disputa de projetos entre 1930 e 1964, tendo como principais atores a burguesia industrial ou classe média ligada a indústria, grandes latifundiários, e os camponeses.

O Segundo capítulo trabalha com o nosso objeto: A empresa Araupel S/A, reconstruindo o processo de ocupação da empresa na região em 1972, assim como a caracterização do objeto, para tanto utilizou-se de análise de cadeia dominial das terras em propriedade da empresa; documentos disponibilizados online pela própria Araupel S/A, teses e dissertações.

O terceiro e último capítulo, retoma a discussão de projeto político em disputa na década de 1960, bem como a vitória de projeto da burguesia com o golpe empresarial militar de 1964, do qual vincula a empresa, e explica-se a instalação da empresa na região em 1972.

Para compreender a investida que fez a burguesia brasileira foi fundamental o primoroso estudo que faz José de Souza Martins em *Os camponeses e a política*.

Por fim é preciso dizer que toda a pesquisa histórica é um trabalho coletivo, isso toma proporções ainda mais elevadas, quando trata-se de pesquisadores e pesquisadoras orgânicas, vinculados a luta política, é preciso que o vínculo não produza “tapa olhos”, no entanto é uma condição privilegiada daqueles que sentem a condição de exploração classe e organizam-se para compreender e também romper com ela. Essa pesquisa só é possível, chegou as seguintes opções e hipóteses graças ao acúmulo da luta dos trabalhadores e trabalhadoras.

2 PROJETO DE CLASSE E PACTO POLÍTICO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA ECONOMIA BRASILEIRA

Esse capítulo pretende analisar a trajetória histórica do desenvolvimento capitalista brasileiro, nas décadas de 1930 a 1964, frente as disputas de projeto que se apresentam nesse tempo como antagônicas, na condução de nossa economia: Um país de economia arcaica controlada por coronéis, fazendeiros, donos de terra, agroexportador e dependente. Enfrenta nesse período: O projeto nacional democrático de uma parcela da burguesia; O projeto dos grupos e partidos de esquerda, principalmente o PCB, que sofrem, ao longo tempo modificações das quais trataremos, mais adiante e o projeto de reforma agrária dos camponeses na disputa pela terra com o latifundiário. Esse enfrentamento de projetos floresce com a emergente industrialização, e resolve-se com o golpe no ano de 1964. Pretendemos também compreender, ao longo da pesquisa os pactos políticos, que dão direção aos movimentos de nossa história, bem como quem participa do pacto. Para isso vamos precisar recorrer a formulações teóricas bem como fundamentos econômicos e históricos que nos permitem identificar a forma peculiar de nossa economia e de nossa condição de dependência. Para tanto, nossa análise utiliza-se fundamentalmente da tese da dialética da dependência.

2.1 Teoria Social Latino Americana: Da Cepal a Teoria da Dependência

No final dos anos 1940 início dos anos 1950, surge a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das nações unidas, antes disso não se pode falar de uma teoria social acerca da condição latino-americana. Teve como maiores expoentes da comissão: os brasileiros Celso Furtado, Ignácio Rangel, Anibal Pínto, o argentino Raúl Prebisch e o francês Arguiri Emmanuel. Esses intelectuais trabalham com o conceito de desenvolvimento desigual, no qual os países de economia periférica estavam em desvantagem em relação ao capitalismo internacional, explica-se através fundamentalmente da deterioração dos termos de troca, na qual as economias periféricas levavam desvantagem, por sua condição de menos progresso técnico e tecnológico. Portando para resolver os traços poucos desenvolvidos da economia brasileira ou latino-americana a aposta era em uma ampla industrialização planejada que deveria ser coordenada e promovida pelo estado, isso mudaria a posição e capacidade competitiva das economias latino-americanas frente o capital internacional. Esse tipo de interpretação da realidade aproxima-se da noção de pré-capitalismo.

Para a Cepal, essa dualidade de subdesenvolvimento e desenvolvimento são momentos constitutivos de uma mesma realidade e, principalmente, são fiéis a ideia de um desenvolvimento autônomo dos países, em que o Estado assume racionalidade própria, acima da sociedade civil. Podemos observar isso, na leitura de Celso Furtado (2000) a superação da condição de subdesenvolvimento está em diversificar o núcleo industrial, “capacitando-se este para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento”. FURTADO (2000., p., 202) Assim como assinala em sua discussão acerca da condição de subdesenvolvimento latino-americano.

dependência apoiou-se inicialmente, num sistema de divisão internacional do trabalho que reservava para as atividades produtivas em que se concentrava o progresso tecnológico; em fase subsequente ela teve como ponto de apoio principal o controle, por grupos integrados nas economias dominantes, daquelas atividades produtivas, instaladas nas economias dependentes, em que mais significativa é a assimilação dos novos procedimentos técnicos (1) (...) Em síntese: desenvolvimento e subdesenvolvimento devem ser considerados como dois aspectos de um mesmo processo histórico ligado a criação e à forma de difusão da tecnologia moderna. (FURTADO 1975. p., 08,09)

A Cepal critica fortemente a ideia de vantagens comparativas de David Ricardo, uma das suas principais contribuições, de crítica a teoria clássica “Segundo, essa teoria, as relações internacionais equilibram tais desigualdades – “necessárias” para o bom desenvolvimento do mercado mundial –, dado que a periferia deveria se especializar em um determinado setor de produção (produtos primários ou semi-elaborados)” TRASPADINI (2005. p., 23, 24) Isso, segundo a teoria, equilibraria os valores das mercadorias e no momento de intercâmbio, não haveria uma troca desigual. Ocorre que existe, segundo a teoria cepalina, uma deterioração dos termos de troca, isto é no âmbito de internacional as relações são desiguais, os preços dos produtos da periferia, sempre são menos vantajosos. Não se tratava de um programa de combate ao capitalismo, mas de colocar a economia periférica em pé de igualdade com o capital internacional, para isso defendia uma ampla industrialização planejada, de tecnologia avançada, que pudesse superar o desenvolvimento, isso coordenado pelo Estado, como promotor do desenvolvimento. A partir de políticas públicas distribuir renda e ampliar o mercado interno, para isso a reforma agrária era essencial, conforme seu programa, e entra em evidência. Esse programa serviu de base para projetos nacionais desenvolvimentistas de caráter populista e reformista, teve seu auge na década de 1930 e 1950 que só foi possível

graças a um período de crise e guerras do capital internacional, como iremos identificar ao longo da pesquisa. Esse tipo de interpretação cai por terra com a vitória da burguesia que ficou evidente em 1964. Traspadini (2005) É nesse cenário de derrota política ideológica e também uma derrota de classe que se sobressaem como importantes teóricos brasileiros, argentinos e mexicanos que voltam a desenvolver acerca da dialética da dependência, a teoria que embasará a nossa análise acerca da pesquisa. A dialética da dependência foi desenvolvida a partir de dois campos de análise: o marxismo e ideias liberais capitalistas, como chamaremos aqui. São vertentes teóricas extremamente distintas no campo do debate da dependência, a marxista desenvolvendo acerca da especificidade do desenvolvimento latino americano, bem como a necessidade da revolução, protagonizada pela classe oprimida, como forma de eliminar a subsunção sob os trabalhadores. A corrente capitalista do desenvolvimento integrado, argumentava que o atraso do capitalismo e a condição de dependência na América Latina, devia-se ao fato da pouca visão e capacidade criativa do empresariado. Os principais autores da teoria da dependência foram: “Pela vertente marxista, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vânia Bambilra e Agustin Cueva (...) da vertente weberiana, shumpeteriana, capitalista, Fernando Henrique Cardoso, José Serra e Enzo Faletto” TRASPADINI (2005. p., 29) Neste trabalho utilizarei os principais conceitos trabalhados por Ruy Mauro Marini e outros teóricos da Teoria Marxista da Dependência, que se diferenciam substancialmente de outros, da corrente capitalista, principalmente Fernando Henrique Cardoso. Essa escolha se dá por possibilitar um entendimento mais completo da realidade brasileira, assim como encampa uma teoria com projeto de classe trabalhadora, tendo no horizonte a revolução. O que é importante perceber, se trata do fato de as interpretações históricas, teóricas acerca da realidade brasileira, acompanham tempos e conjunturas históricas, a teoria da dependência, é construída de uma derrota de toda a esquerda, de uma derrota de projeto, assim como de interpretação acerca da realidade histórica que marcou o pensamento cepalino, superado pela teoria da dependência, que já possuía o peso da dessa derrota.

“No clima do “desenvolvimentismo” cepalino, dos “cinquenta anos em cinco” de JK e da luta política de luta antiimperialista e antifeudal, em aliança com a burguesia nacional, do PCB, Ruy Mauro desenvolve uma visão crítica dessas visões, retomando o pensamento de Marx, de Lenin, de Rosa Luxemburgo, além da concepção crítica formulada por Adré Gunder Frank, que abriu caminho para a teoria marxista da dependência, (SADER. 2000 p.,7)

2.2 A FORMA PECULIAR DE NOSSA ECONOMIA DEPENDENTE

O ano de 1930, é um momento de auge do desenvolvimento da indústria que emerge nos anos de 1910, a partir de condições históricas dadas. E que postula como um projeto de desenvolvimento da economia de cunho nacionalista e desenvolvimentista. Isso se desenvolve não a partir de uma cisão com o setor agroexportador e o capital internacional, têm origens mais dinâmicas. Essa inclinação a industrialização de nossa economia é protagonizada por políticas de governo articulada com uma pequena burguesia, ligada a indústria. 1964, marca a derrota de um programa de desenvolvimento nacional autônomo. Assim como marca a impossibilidade da aliança proletário-burguesa. Representa do mesmo modo, a derrota do campesinato na disputa pela terra, consolidando assim uma economia de caráter dependente, agroexportadora e concentracionista no que pesa a propriedade da terra e subordinada ao imperialismo internacional.

Existe uma relação de dependência ao capital internacional vem desde os tempos em que “atracaram em nossas baías as naus colonizadoras”. Em grande medida essa dependência determina a nossa situação econômica, nos subjeta a uma posição inferior na economia mundial. Uma posição de país subdesenvolvido que desempenha na divisão internacional do trabalho uma tarefa de menos desenvolvimento tecnológico, com transferência de valor através de intercâmbio desigual; cisão dos ciclos do capital, na esfera da produção e circulação, que são compensados na esfera da produção com superexploração do trabalho.

O desenvolvimento capitalista move-se através de uma relação social de exploração, a procura sempre de uma maior valoração em uma busca permanente por mais valia extraordinária e Superlucro. O faz valorizando-se com a mais ágil rotação possível e buscando sempre processos e lugares onde as taxas de lucro são mais elevadas. É nessa condição que ele se reproduz. Nas economias de capitalismo periférico, através de uma relação comercial desigual e dependente, como já citamos anteriormente, corresponde a uma transferência de valor com intercâmbio desigual: que é fundamentalmente uma violação da lei do valor. O valor de cada mercadoria, mede-se pela quantidade de trabalho média, em condições históricas dadas, exigida para a sua produção, tempo de trabalho socialmente necessário para se produzir um determinado produto. O intercâmbio desigual segundo MARINI (2000) desconsidera tal lei. “[...] depressão dos preços dos produtos primários no mercado mundial) será o de reduzir o valor real da força de trabalho nos países industriais, permitindo assim que

o incremento de produtividade se traduza ali em cotas de mais valia cada vez mais elevadas” MARINI in Emir Sader (2000, p.,115). Ou seja, mais valia relativa.¹ Esse tipo de relação determina a condição do trabalhador e da trabalhadora nas economias periféricas, onde por via de compensação, o capitalista latino-americano estabelece um regime de superexploração do trabalhador, como forma de obter mais valor e por consequência aumentar sua taxa de lucro. Na divisão internacional do trabalho, os países periféricos produzem mais valor e com inferioridade tecnológica na produção, ou seja, possuem relação entre capital constante e capital variável menor que a relação apresentada nos países centrais. Isto faz com que não consigam produzir, na competição capitalista, mercadorias com valor abaixo de seu valor de mercado, e, portanto, no comércio internacional são exportadas através da mais-valia extraordinária pelos países centrais (Carcanholo, 2009). Enquanto a reprodução do capital nas economias de centro acontece pela elevação da produtividade e da extração de mais-valia relativa, nas economias dependentes predomina a acumulação como elemento de compensação frente ao intercâmbio desigual através da superexploração do trabalhador que segundo. Grande parte do excedente gerado na periferia é enviado ao centro na forma de lucro, juros, royalties, patentes, e para recompensar esse envio, mais excedente precisa ser gerado na periferia para que possa ser apropriado pelas burguesias locais destes países, se compensando a mais-valia “perdida”, e a forma *sui generis* para isso na América Latina, é a superexploração da força de trabalho que acontece de três formas não necessariamente uma de cada vez. São elas: “A intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho. A acumulação desse modo dá-se não da ampliação da capacidade de produção, mas sob condição de uma maior exploração do trabalhador”. MARINI in Emir Sader (2000, p., 125) Essa é a condição do trabalhador e da trabalhadora latino-americana, ocorre na esfera da produção,

A estruturação da relação de dependência assim como o estreitamento da divisão internacional do trabalho tem seu auge no endividamento desses países de economia periférica que se inicia na fase colonial, pois uma economia que não tem por base de seu

1 A mais-valia relativa está ligada indissolúvelmente, então, à desvalorização dos bens salários. Para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho. Marx *apud* Marini (2000. p., 115)

próprio desenvolvimento, isso expressa-se na cisão do ciclo do capital na esfera da produção e circulação. Frente a uma balança comercial deficitária, os empréstimos externos solicitados ao capitalismo de centro, colocam ao continente uma relação de dependência ainda mais acentuada. Fica evidente à luz do fato em que na medida em que as exportações conseguiram ter um aumento na capacidade, o serviço de empréstimo externo cresce desmedidamente, um exemplo disso pode se ver em Ruy Mauro Marine ao comentar o exemplo do Brasil: “ a partir da década de 1860, quando os saldos da balança comercial se tornam cada vez mais importantes, o serviço da dívida externa aumenta: de 50% sobre esse saldo nos anos sessenta, sobe para 99% na década seguinte” MARINI *in* Emir Sader (2000. p., 108).

Desse modo não podemos compreender o desenvolvimento de nossa economia capitalista periférica desligada do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial. Pois ela nasce em perfeita consonância com tal. O subdesenvolvimento é condição própria do desenvolvimento capitalista, parte das leis de funcionamento do capital, estabelecido através da subsunção dos trabalhadores e trabalhadoras aos capitalistas, bem como a subsunção de uma economia periférica a outra maior, desenvolvida. No entanto as interpretações que ignoram essa inter-relação desigual foram amplamente difundidas pela direita e também com parte da esquerda, isso é extremamente danoso para a história e principalmente no terreno da política.

Várias interpretações importantes da realidade histórica e atual estão eivadas dessa avaliação genérica; e na maioria delas é equivocada. Pode-se dizer que a análise burguesa ocidental comum começa com o feudalismo na Europa Ocidental.

Afirma-se que o feudalismo foi transplantado para a América Latina, enquanto na Europa era superado pelo capitalismo. Assim pois, a Europa, e mais tarde seus descendentes anglo-saxões, desenvolveram-se economicamente, deixando a América Latina e outras áreas hoje subdesenvolvidas em estado feudal. (...) O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômico são vistos como fenômenos independentes, causados respectivamente pelo capitalismo e pelo feudalismo. (FRANK *in* STEDILE. 2005. p., 38,39)

2.3 A REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAMPO: LÓGICA DE FUNCIONAMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE

O projeto dos latifundiários enquanto classe, na economia agroexportadora brasileira, apesar de dependente, é bastante lucrativa, não nos enganemos de que as elites donas de terras brasileiras sustentam a condição de dependência em que a economia está condicionada. Pois compensa-se, na esfera da produção sob a superexploração do trabalhador e da trabalhadora.

A propriedade da terra no Brasil sempre esteve concentrada na mão de uma minoria branca de origem oligárquica. Antes de 1850 pertenceu aos membros da oligarquia, sob o regime de sesmarias, concessão por parte da coroa, com o compromisso de produzir e controlar o território². Dessa forma de ocupação da terra, estavam excluídos da terra os negros escravizados, os indígenas e mestiços. Depois da lei de terras, a terra passa a pertencer a quem teve condição de comprar a terra. No caso brasileiro e até mesmo latino-americano, que permite a violação de todo código jurídico e lei, o direito à propriedade da terra, foi barganhado com grilagem da terra, concessões por parte do estado, envolvendo todo tipo de violência possível com os camponeses e ou indígenas que ocupavam essas terras. Segundo LINHARES (1999) nas sociedades coloniais a terra estava fortemente ligada ao prestígio social e poder sob um determinado território e grupo de pessoas. O dono de terra, passa a ser o Estado, quem “dá proteção” e determina as leis.

a) Na sociedade colonial latino-americana a noção de prestígio liga-se diretamente ao poder econômico, à capacidade de ter e pagar homens, acolher protegidos e prover apaniguados. b) As opções feitas pelos grandes proprietários, na gestão de suas terras, apresentavam além das questões de prestígio – uma evidente racionalidade, quer dizer, uma boa lógica, no campo econômico. Assim eliminar rivais, estabelecendo-se como único senhor de terras, poderia é verdade realçar o prestígio do grande proprietário como um senhor local, mas simultaneamente eliminava a concorrência de outros produtores e garantia o preço dos artigos por ele produzidos. (LINHARES, 1999. p., 50,51)

Essa apropriação privada de um bem natural, que é a terra, dá a burguesia brasileira a condição de classe dominante. E ela é a fonte de divisas fundamental da economia brasileira, é a tarefa, exercida na divisão internacional do trabalho, frente os condicionantes de funcionamento da economia mundial, caracteriza-se dessa forma como economia agroexportadora. Portanto, no que diz respeito a análise do desenvolvimento capitalista do Brasil, é preciso de forma atenta para a reprodução do capital na produção agrícola, bem como suas implicações no trabalho, na esfera da produção. A reprodução do capital no campo, na grande fazenda está contido na superexploração do trabalhador e extração da renda fundiária. A renda da terra, como Marx irá denominar está na condição de propriedade sob um determinado bem da natureza, um direito particular, adquirido de forma absoluta por uma

2 Ver: ALETEJANO in CALDART. **Dicionário de Educação no Campo**. São Paulo: Expressão Popular. 2012. p., 740.

determinada classe, no caso brasileiro por uma parcela minoritária da sociedade: a burguesia latifundiária.

refere a um “direito” privado, adquirido de forma absoluta, que ninguém contesta em função do regime político existente no capitalismo o qual determina a propriedade privada dos meios de produção e, no caso, também de um bem da natureza. (STEDILE in Caldart. 2012. p., 671)

Segundo Marx: existe também a renda diferencial I e II, Renda diferencial I tem por base as distintas fertilidades e localização das fontes de recursos naturais (terra, jazida, águas) nas quais os capitalistas investem e controlam. Renda Diferencial II: é determinada pela quantidade de capital investido em capital constante, proporcionando maior quantum de renda por área. Não resulta unicamente das diferenças de fertilidade natural das fontes de recursos, mas dos sucessivos investimentos em uma mesma área resultando em produtividades distintas.

É nessa condição que se extrai renda capitalista da terra, a renda fundiária, que é um valor contido na capacidade produtiva daquele bem, e está inserido no preço total do produto que compõe o lucro dos capitalistas que detêm a propriedade da terra. Isso é nem todos os capitalistas extraem renda da terra, ela é explorada pelo capitalista que detêm a propriedade desse bem. A terra como não é fruto do trabalho não têm a capacidade de produzir mais valor, somente o trabalho o faz. O que o capitalista se apropria pelo regime de propriedade na renda da terra é um valor contido, na capacidade da terra em produzir, no entanto, através da introdução do trabalhador, e que ele se apropria. Como nem todos os capitalistas extraem renda da terra. Desse modo o que determina a acumulação de capital é a exploração do trabalhador, no caso da economia dependente, é superexploração, que garante a extração de mais valor e por consequência um aumento real da taxa de lucro para o capitalista. Isso é evidenciado explicitamente pela condição de regime de propriedade sobre a terra, próprio da economia capitalista, exercido por uma pequena parcela da sociedade.

2.4 A COMPOSIÇÃO DO PACTO POLÍTICO

Outra premissa importante para a nossa análise no que tange o caso brasileiro, são os espaços de decisão e de pacto que marcam as grandes modificações vividas pelo nosso país.

Todas as transformações construídas no território brasileiro, expressam antecipações da elite nacional que direcionam essas transformações para o seu controle hegemônico de projeto. São decisões construídas em jantares, reuniões de cúpulas, cafés e etc. Esse movimento permite a desmobilização das massas trabalhadoras, e invisibiliza a organização luta e projeto popular. O que vamos chamar aqui de Via Prussina que Carlos Nelson Coutinho retoma da elaboração de Lênin, e traz para a análise do caso brasileiro, com a fineza necessária.

as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população, mas se processaram sempre através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressa sob a figura política de reformas “pelo alto”. (...) todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país diretas ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 1930 e 1937, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964), encontraram uma resposta “à prussiana”; uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” jamais escondeu a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas “de baixo”. (COUTINHO *in* Brás. 2013. p., 40)

O trabalhador brasileiro não compõe o pacto em torno da política e economia nacional, ele é um excluído do pacto político pela estrutura social própria da economia brasileira. Uma forma de lidar com a política de caráter aristocrática, que concentra riqueza e poder político na mão de uma minoria privilegiada. No caso da América Latina, de uma elite que não se reconhece identitariamente com o território, bem como com o povo que aqui habita. Os trabalhadores, fazem política na luta e enfrentamento de classe através da contradição principal. Mesmo não tendo, na maioria das vezes um projeto de nação, mais do que isso o que já afirmamos espaço no pacto político. Isso não retira a força contra-hegemônica que a luta dos trabalhadores possui e arrancou algumas conquistas. Todas as conquistas que a classe trabalhadora obteve, foi graças a organização e luta da mesma. No entanto a capacidade que a elite nacional desenvolveu em antecipar-se, no cenário da luta de classes, dando direção para as transformações estruturais da sociedade, garantindo o seu controle hegemônico de poder e exclusão dos trabalhadores.

2.5 CRISE DE PROJETO: A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA E O SETOR AGROEXPORTADOR

A trajetória histórica da industrialização brasileira e do setor agroexportador, é composta de alguns momentos decisivos no que tange o desenvolvimento de cada um e o pacto político de cada tempo. Pois bem o que é importante para a nossa análise é apresentar as modificações sofridas pela sociedade brasileira, para além das opções políticas de cada tempo. No que tange o desenvolvimento da indústria nacional, algumas questões são fundantes, e gestadas de maneira estrutural na condução de nossa economia, de modo a compreendermos posteriormente, a posição do setor ligado a indústria frente aos pactos políticos em torno do desenvolvimento da economia nacional, na sua condição de ser dependente, articulada ao imperialismo mundial. Se faz necessário uma inflexão acerca do caráter de nossa industrialização, bem como os condicionantes de sua realização.

O período de da industrialização brasileira que tem seu início na década de 1910, tem seu auge na “revolução” de 1930 e se efetiva, se consolida, enquanto projeto na década de 1937, no estado novo sob a ditadura de Getúlio Vargas. Desse período vamos ver nascer uma burguesia industrial, vinculada ao mercado interno e um proletariado que iniciam à buscar um lugar próprio na política brasileira, em oposição a antigos grupos dominantes. Para LINHARES, essa inflexão á industrialização, de projeto de desenvolvimento autônomo explica-se pelo fato de:

os setores agrário-exportadores, com seus mercados internacionais fechados, sofreram dura retração, perdendo a capacidade de gerar renda (e divisas) e, conseqüentemente, sua ampla autonomia política, passando a ser objeto de intervenção do Estado.

No setor agrícola as transformações ocorridas são notáveis. Enquanto nossas exportações tradicionais não mais encontravam mercados e seus preços despencavam, a demanda interna por alimentos e matérias-primas, não só se mantinham firmes como ainda ao longo da década, aumentava substancialmente. O abastecimento das cidades, a composição da cesta básica de alimentação (criada logo em seguida) dos trabalhadores e essa demanda de matérias-primas tendiam a reorientar a agricultura para o mercado interno, valorizando a produção de alimentos e sugerindo a formação de núcleos coloniais policultores. (...)

Tais mudanças iriam incidir pesadamente sobre o domínio tradicional das oligarquias agrárias e sobre sua expressão econômica básica; a preeminência das exportações, em especial de produtos agrícolas *in natura*, passa a ser vista, então, como a causa principal da fragilidade da economia nacional, de sua dependência externa e mesmo como risco para a soberania do país. Entretanto o maior de todos os chavões, *o Brasil essencialmente agrícola*, não seria desmentido; procurava-se superá-lo. (LINHARES. 1999. p., 104,105)

Esse movimento de emergente industrialização da nossa economia, não acontece em total contradição ao capital internacional, tão pouco do setor agroexportador brasileiro, representa é verdade uma cisão de projeto e disputa entre a burguesia industrial e a agrária, o setor agroexportador, no entanto, e principalmente a concentração fundiária continua crescendo e sendo a principal força, mesmo com as adversidades sofridas na relação externa. É claro que se coloca em oposição ao modelo agroexportador, sem, no entanto, livrar-se dele. O que é importante destacar é que isso cria um paradoxo novo na sociedade brasileira. Segundo Martins, isso representa uma perda política do que antes era a política “Café com Leite”

Quando do golpe de direita em 1937, mais claro e acentuado ficou o alijamento do poder remanescente dos coronéis, já que esse poder baseava-se fundamentalmente no tráfego de votos. (...) O coronelismo terá, no entanto, uma presença ainda surpreendente após a queda da ditadura, em 1945, abrigado num partido forte de fazendeiros e antigos coronéis, o PSD (Partido Social Democrático), devido justamente a restauração da mecânica eleitoral. (MARTINS 1981, p., 64)

Na economia internacional dois momentos influenciaram fortemente na alavancada da industrialização brasileira e também no enfraquecimento do setor agroexportador. Primeiro a guerra de 1914 que leva a economia brasileira a esforçar-se por substituir importações, bem como a forte crise do capital de 1929 que mantém baixa a capacidade de importação. Está aí a janela histórica para a industrialização brasileira. O setor agroexportador brasileiro dono de terras é a fonte divisas fundamental, que permite a construção da indústria. O trabalhador proletarizado e expulso da terra enche cada vez mais as cidades, formando um imenso exército de reserva, o que é determinante para a diminuição do valor da força de trabalho, ele entra no pacto sem estar dirigindo o processo, ou saber dele, mas é enquadrado pela necessidade do mesmo, e pela garantia de uma lei trabalhista, garantida pelo estado que regulamenta o trabalho em contrapartida estabelece uma organização e tutela destes através da sindicalização por categoria, isso fragmenta as lutas e esvazia os antigos sindicatos de trabalhadores, no Brasil a maioria deles coordenados pelos anarquistas. No caso dos camponeses, não são considerados no projeto, nem mesmo no projeto da esquerda, ele nesse momento enfrenta a burguesia oligárquica na disputa pela terra.

A industrialização latino-americana corresponde assim a uma nova divisão internacional do trabalho, em cujo âmbito se transferem aos países dependentes etapas inferiores da produção industrial. O que temos é uma nova hierarquização da economia capitalista mundial, cuja base é a redefinição da divisão internacional do

trabalho ocorrida no curso dos últimos cinquenta anos. (MARINI *in* Sader 2000. p., 145)

A industrialização brasileira que inaugura uma nova caracterização da divisão internacional do trabalho, teve seu florescimento em um período de agudas crises do capitalismo a nível mundial, onde a capacidade de importação estava reduzida. Por fatores já pontuados nesse trabalho, e por essa razão assistíamos a uma crise do setor agroexportador. No entanto essa contradição de projeto, não é simples, dado que a industrialização brasileira, foi garantida pelo setor agroexportador.

não cabe falar de uma dualidade estrutural dessa economia, tal como ela costuma ser entendida, isto é, como uma oposição entre dois sistemas econômicos independentes e até mesmo hostis. Ao contrário, o ponto fundamental está e reconhecer que a agricultura de exportação foi a própria base sobre a qual se desenvolveu o capitalismo industrial brasileiro. Mais do que isto, e de um ponto de vista global, a industrialização foi a saída que o capitalismo brasileiro no momento em que uma crise mundial iniciada com a guerra de 1914, agravada pelo *crack* de 1929, elevada a seu paradoxismo com a guerra de 1939, transtornava o mecanismo dos mercados internacionais. (idem 2000 p., 79).

É importante evidenciar que a industrialização brasileira, ainda se processa na realização de etapas inferiores do processo de produção da mercadoria, assim como a tecnologia importada com o dólar da exportação de bens agrícolas, empregada nas indústrias nacionais são obsoletas nas economias de centro. A não propriedade da ciência tecnológica torna duplamente dependente essa industrialização.

a indústria seguiu sendo ali uma atividade subordinada à produção e à exportação de bens primários, que constituíam estes sim, o centro vital do processo de acumulação. É apenas quando a crise da economia capitalista internacional, correspondente ao período entre a primeira e a segunda guerras mundiais, obstaculiza a acumulação baseada na produção para o mercado externo, que o eixo da acumulação se desloca para a indústria, dando origem a moderna economia industrial que prevalece na região. (idem. 2000 p., 136-137)

O cenário acima, mantêm-se estável até os anos 1930, em 1945 o estado novo cai, e um novo ciclo de intensas lutas recomeçam. Mesmo com um governo forte de Dutra. A cisão desse pacto político se acirra nas contradições, fruto de uma conjuntura diferenciada. O enfraquecimento do setor agroexportador e o avanço da indústria, determina a inexistência de complementariedade que o pacto exigia. Isso trazia para o país um movimento inflacionário que afetava principalmente as camadas pobres trabalhadoras, o que os fazia insurgir por melhorias de salário. Essa conjuntura leva novamente em 1951 Getúlio Vargas à presidência,

agora pela via eleitoral, apoiado pela burguesia industrial interna que almejava conquistar o poder político e pelos trabalhadores com o seu projeto populista. Dessa forma assiste-se nesse período uma aparente cisão entre a elite brasileira industrial e agroexportadora e um avanço do programa desenvolvimentista nacionalista, ao qual Getúlio com astúcia aderiu.

Por volta dos anos 50 (...) enquanto a indústria se empenha em manter altos os tipos de câmbio, o que a leva a se chocar com o setor agroexportador, cujos lucros ficavam assim diminuídos, esse setor já não pode oferecer à indústria o montante de divisas que lhe proporcionava em outros tempos. (...) muitas vezes era necessário que através da formação de estoques generosamente pagos, o governo garantisse os lucros dos plantadores e exportadores, estoques que na verdade, correspondem à imobilização de recursos necessários à atividade industrial. (idem. 2000 p., 17)

Getúlio retorna com um programa de expansão econômica e de nacionalização da economia, buscando conciliar uma aliança com os trabalhadores, através da melhoria das condições de trabalho e salariais, através da consolidação de uma justiça do trabalho, tendo no ministério do trabalho João Goulart. Esse é um momento importante da industrialização brasileira que consolida uma política protecionista para os empreendimentos nacionais, bem como constrói através de recursos públicos coordenados pelo Estado em setores estratégicos na economia, é nesse período que é criado e estabelecido, a Petrobras que garante o monopólio estatal do petróleo; A Eletrobras, garante um monopólio estatal da energia; Plano nacional de estradas e fundo nacional de eletrificação, dentre outras políticas que estruturaram um projeto que se distanciava minimamente da relação de dependência.

Esse programa e esse novo direcionamento da economia, coloca o setor agroexportador brasileiro ligado e dependente do capitalismo internacional em contradição fundamental com o desenvolvimento da indústria e em oposição ao bloco de poder. É um período marcado fortemente pelo populismo, bastante fortalecido pelo rádio, mas que dá um caráter paternalista, por parte do governo e principalmente na figura de Getúlio Vargas.

Por fim um elemento importante da cisão, é a crise na balança comercial, o Brasil não consegue nesse momento sustentar uma balança positiva, o que eleva a taxa de inflação sobre os produtos de consumo nacional, que são exportados, por fim um último elemento dos condicionantes para o fim da aliança e em seguida o redirecionamento da economia trata-se da remuneração do capital estrangeiro, que por ser um recurso somente recebido em dólar, depende dos recursos de exportação.

Getúlio suicida-se em 24 de agosto no 1954, forçado pelas tensões de sua trajetória de governo, é com certeza vencido pelas elites oligárquicas latifundiárias e as demandas do capital internacional o imperialismo norte americano. Com a morte do presidente, o vice Café Filho assume tendo no ministério da fazendo Eurico Gadin, que mantinha estreita relação com o capital estrangeiro e por essa razão totalmente contrário aos processos de industrialização nacional. Vale salientar dois movimentos fundamentais desse redirecionamento da economia brasileira, que expressão a vitória do setor agroexportador ligado ao imperialismo norte americano, frente as aspirações desenvolvimentistas de uma pequena parte progressista da burguesia brasileira e um projeto de desenvolvimento nacional.

Instrução 133 da Superintendência da Moeda e do Crédito, atual Banco Central.

Esta instrução, sem alterar o sistema cambial vigente, dava facilidades excepcionais ao ingresso de capitais estrangeiros, na medida que permitia que as máquinas e equipamentos introduzidos no país por empresas estrangeiras não tivessem cobertura cambial, exigência que se mantinha para as empresas nacionais. (...) a burguesia tomava uma posição frente a crise que havia surgido do setor externo. Pressionada pela escassez de divisas (...) a burguesia aceitava a concessão de divisas necessárias à superação dessa crise por parte dos grupos estrangeiros, concedendo-lhes em troca uma ampla liberdade de ação. (...) As condições especiais da economia norte-americana, mais do que nunca necessitava de novos campos de investimento. (idem. 2000 p.,19)

No espaço prioritário das decisões políticas nacionais, “jantares e mesas de chá”, se projetou o próximo período garantido com um candidato da direita, o período de governo do presidente Juscelino Kubitschek amplamente conhecido pelo audacioso projeto de desenvolvimento nacional: “desenvolver o país 50 anos em 5”. Esse crescimento econômico que o país vivenciou, os múltiplos empreendimentos construídos nesse período, incluindo uma nova capital: Brasília, operou-se graças ao amplo investimento internacional. Nesse período a entrada de capital norte americano em menos de 5 anos segundo Marini chegou a “2 bilhões e meio de dólares” MARINI (2000. p.,84). Isso cada vez mais abria as portas da economia nacional exploração do capital estrangeiro, na sua maioria o capital norte americano, regente da nova ordem imperialista.

Em um primeiro momento essa reconfiguração consolidada do programa não entra em contradição com os industriais brasileiros, pois, amparados e aproveitando-se da instrução 133 eles adquiriam equipamentos comprados no exterior com isenção de impostos. Essa opção bate no teto pela continuidade da crise no setor externo, quando o capital internacional intenta à cobrar os investimentos feitos, bem como uma contradição fundamental com a estrutura

fundiária brasileira que concentrada na mão de poucos não consegue garantir a demanda da industrialização.

A expansão industrial brasileira se verá contida de duas maneiras: do exterior – pela crise da balança de pagamentos, que não deixa outra alternativa, se não a desvalorização da moeda, dificultando ainda mais as importações essenciais – ou conter a exportação de lucros e ampliar o mercado internacional para os produtos brasileiros; e do interior, pelo esgotamento do mercado para produtos industriais, que só pode ampliar-se através da reforma da estrutura agrária. (idem. 2000. p., 24)

Enquanto dentro do pacto político, costumam-se essas negociações, visualiza-se essas contradições fundamentais no plano do projeto político. No campo as tensões e lutas sociais explodem, os camponeses que não fazem parte do pacto, nem mesmo do projeto político esquerda brasileira. Estão excluídos da política, movimentam-se enquanto classe na luta pelo direito a renda da terra dele expropriado pelo latifúndio, isso acrescido das reivindicações e organização do trabalhador urbano, recoloca a centralidade do conflito entre as classes fundamentais: elites X trabalhadores.

Após a tentativa frustrada da elite nacional na aposta de um candidato da direita, Jânio Quadros, faz um governo isolado e sozinho, tendo posturas contraditórias desde declarar legítimo a revolução cubana e seu líder político e militar Fidel Castro; reestabelecer diálogo com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS; bem como reprimir violentamente as mobilizações populares no país. É uma tentativa de assegurar lugar para a entrada de capital norte-americano, tensionado no último período pelo setor interno brasileiro e ao mesmo tempo assegurar algumas reformas de base, sobretudo com a Reforma Agrária no campo. Acompanhado disso, em aliança com as burguesias de São Paulo, busca diversificar a capacidade produtiva brasileira, numa intenção de exportar produtos manufaturados para os países da América Latina e continente Africano. Jânio Quadros renunciou à presidência em 25 de agosto de 1961, em uma tentativa frustrada de conquistar mais poder, e livrar -se de grupos patronais insatisfeitos com sua política, Jânio tinha certeza de que a direita o preferia do que a seu vice, João Goulart, e que as camadas populares sairiam as ruas exigindo a sua volta. Não foi exatamente assim que aconteceu. João Goulart muito mais ligado as camadas as organizações populares dos trabalhadores, teve legitimidade para assumir a presidência, com o compromisso que substituía o regime presidencial pelo parlamentarismo.

João Goulart, inicia seu governo em uma campanha para reconstituir a capacidade de governar, com amplo apoio popular. A burguesia (extrato mais pequeno da burguesia

brasileira, sem potencialidade de competir frente a entrada cada vez maior de investimento internacional) aposta em Goulart na perspectiva de conter dois determinantes da crise: O setor externo e a questão agrária. É datado desse período o surgimento da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), que se representava a luta unificada dos trabalhadores em geral que a legislação do período do Estado Novo, havia fragmentado. Sua campanha para reconstituir o presidencialismo recebeu apoio desses setores progressistas. Ressurgia na política brasileira uma frente popular preconizada pelo PCB que Getúlio havia tentado encabeçar anteriormente. Em 1963 conquistado o direito de governar, Jango enfrentava uma política econômica: Era necessário combater a diminuição da taxa de crescimento do produto nacional e a elevação da taxa de inflação. Para combater esse conjunto de problemas da economia e sociedade brasileira é lançado no mesmo ano o chamado Plano Trienal de Desenvolvimento, tendo como movimento paralelo um conjunto de reformas estruturais, para atender a demanda dos trabalhadores. O plano fracassa, pois, a intenção da burguesia em mantê-lo no poder tinha como intuito apenas de não deixar cair a taxa de lucros. O medo de uma radicalização dos camponeses e operários e por consequência perda de privilégios e isso importar uma diminuição nos seus lucros, a burguesia rompe com o pacto.

Na realidade o que estava sendo posto em xeque era todo o sistema capitalista brasileiro. A burguesia – grande, média, pequena – compreendeu isso e, esquecendo suas pretensões autárquicas, assim como a pretensão de melhorar sua participação frente ao sócio maior norte-americano, preocupou-se apenas em salvar o próprio sistema. E foi assim que chegou o regime militar, implantado em 1 de abril de 1964. (idem. 2000 p., 94)

O que ocorre fundamentalmente é que a luta pela terra dos camponeses com os latifundiários no campo, não estava inserida em um projeto de industrialização, de aumentar o mercado interno, consistia fundamentalmente na luta histórica dos camponeses excluídos da terra, e submetidos ao julgo do latifúndio, concentrador e superexplorador da força de trabalho, contra a renda fundiária. “Se até 1940 o messianismo e o cangaço foram as formas dominantes de organização e de manifestação da rebeldia camponesa, a partir dos anos 50 a liga camponesa e o sindicato serão formas mais importantes de organização e a luta política dos camponeses” (MARTINS, 1981 p., 67). Na década de 1960 a luta dos camponeses toma corpo e proporções maiores.

No que refere-se ao PCB, é importante considerar o seu desenvolvimento bem como suas táticas em cada tempo, é verdade que na década de 1954, no seu IV Congresso, o partido embrenhasse na aposta da frente única, apostando em uma aliança tática com a burguesia para fazer a Reforma Agrária e conseqüentemente ampliar o mercado interno para industrializar-se, é com certeza uma aliança que prioriza o desenvolvimento capitalista e a burguesia do que os trabalhadores, no entanto não é correto afirmar que trata-se de uma postura reacionária, isso foi a capacidade da esquerda naquele período.

Nos fins de 1954, O partido realiza o seu IV Congresso introduzindo alguns novos elementos que terão grande importância na sua estratégia posterior. Um ponto certamente importante é a declaração expressa que “não serão confiscados os capitais e empresas da burguesia brasileira”; declaração que adquire o seu sentido na proposta de uma inevitável “revolução democrática e nacional libertadora” (Idem, 1981. p., 83,84)

O PCB em seu “Manifesto de Agosto” de 1950, definiu que o corpo do partido seria “composto estritamente por operários, camponeses, camadas médias, estas constituídas pelo funcionalismo pobre civil e militar, pelos pequenos comerciantes e industriais e pelos intelectuais honestos” (MARTINS. 1981 p. 82). O partido definiu que iria fazer aliança com os trabalhadores e foi contribuir na luta dos camponeses no país, Martins (1981) acrescenta de que a participação do partido nas Ligas Camponesas situava o camponês em perspectivas mais amplas da luta, assim como, trazia a luz um entendimento mais profundo acerca da exploração e expropriação na sua condição de tutelado do coronel latifundiário. Essa inclinação do partido para os trabalhadores, fez da elaboração do próprio e de suas definições pautas revolucionárias.

No campo, seria necessária a confiscação das grandes propriedades latifundiárias, que passariam gratuitamente às mãos dos que nelas viviam e trabalhavam e dos que tinham pouca terra. Além disso, seriam abolidas as formas semifeudais de exploração do trabalho, como a meia, a terça, o vale do barracão. O pagamento dos trabalhadores seria obrigatoriamente feito em dinheiro. O partido preconizava ainda o voto pra o analfabeto e a ajuda e proteção especial aos indígenas, defesa de suas terras e estímulo à sua organização livre e autônoma. (Idem, 1981 p., 82-83)

Por fim o cenário de derrota, marca a impossibilidade de aliança com a burguesia e o do projeto nacional desenvolvimentista, assim como enterra a possibilidade de uma reforma agrária nacional e com caráter político. Encampa um projeto hegemônico concentracionista, agroexportador e dependente, vinculado ao capital internacional. O redirecionamento da economia consiste em uma nova forma de lidar com a concentração fundiária, bem como

e elevar suas taxas de lucro. Isso efetiva no campo brasileiro um concentracionismo ainda maior com expropriação e violência contra os camponeses. A hipótese principal dessa pesquisa é que a empresa Araupel S/A, é vinculada e existe por essa condição. A implantação na região sudeste e centro sul paranaense, explica-se pela aplicação do projeto da burguesia que foi vencedor em 1964.

3 O CASO ARAUPEL.

A ditadura militar, consolidou a vitória do projeto de capitalismo dependente, vinculado ao capital externo, um novo cenário da estrutura agrária brasileira, com acentuação da concentração da terra e derrota do projeto de desenvolvimento autônomo e anti-imperialista, assim como a derrota do campesinato e da proposta de reforma agrária. O conjunto de lutas e tensões sociais no campo, que haviam sido bastante expressivos nas vésperas do golpe, não chegaram a atingir proporções de amplitude nacional. Segundo Martins (1981), chegou-se, no entanto, em uma proposta de reforma agrária radical, que se realizada mexeria com certeza estruturalmente na propriedade da terra, assim como a nossa estrutura política e econômica. No entanto a burguesia brasileira e grupos estrangeiros confiavam em outra maneira de modificar a estrutura agrária, ao mesmo tempo ampliar o mercado interno, sem acabar com o regime da grande propriedade e concentração fundiária de onde provém o lucro do capitalista agroexportador brasileiro.

A reforma agrária do período ditatorial, através do estatuto da terra consolidou uma reforma em áreas de conflito e tensões sociais, que pudessem representar algum risco. Com a intenção de desmobilizar os camponeses, assim como foi conivente com toda forma de violência. Martins (1981), ressalta que esse período marca um redirecionamento de nossa estrutura econômica e social, representa principalmente uma derrota da ideia de reforma agrária: “O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe.”

Ao mesmo passo que lançou investimentos a industrialização no campo brasileiro, com intenção de consolidar empresas rurais, e assim acabar com os espaços improdutivos do latifúndio, isso é o que alguns teóricos chamaram de modernização conservadora, ou também modernização dolorosa da agricultura. No recife, no ano de 1972, assim como no restante do país, as empresas rurais representavam um acirramento ainda maior dos conflitos no campo.

“Áreas sertanejas tradicionalmente produtoras de rapadura e cereais, onde dominava a pequena propriedade e havia razoável distribuição de renda, passaram a ser ocupadas por canaviais, como se observa no Cariri Cearense, onde uma usina de açúcar, vêm expandindo os seus canaviais e provocando a concentração da propriedade e da renda. (...) profundamente inquietadora é a política de expansão da cafeicultura, estimulada na maioria dos Estados do Nordeste e em todo o território nacional, com os financiamentos a juros baixos e garantia de preços mínimos compensadores, (ANDRADE. 2018, p., 219)

Isso permitiu a elite coronelista e dona de terra, sócia menor do capital internacional, a preservar sua estrutura econômica e de poder baseada, na grande propriedade de terra e superexploração do trabalhador. Lança projetos de industrialização para o campo, concentra a propriedade da terra, e tenciona os conflitos e a violência no campo. Por tanto a ditadura empresarial militar no Brasil, representa a vitória um período de aproximação com o imperialismo norte americano, e de consolidação de uma economia latifundiária, agroexportadora dependente do capital internacional.

As transformações estruturais iniciadas no Brasil a partir de 1930 e fortalecidas no início dos anos 1960, levaram os governos federais a repensar uma série de investimentos públicos, inclusive em infra-estruturas, que atendessem a nova realidade. Em nível estadual, os governos, em sua maioria, também ampliaram a aplicação de recursos, seja provendo, regionalmente, infra-estruturas urbanas e/ou intervindo diretamente no setor produtivo. Esses investimentos, no Paraná, possibilitaram a entrada de capital nacional extra-estadual e estrangeiro em vários setores, como os da indústria têxtil, de máquinas agrícolas, automobilístico, laticínios, fertilizantes e, sobretudo, criaram condições para a modernização do setor agrícola, bem como agravaram os problemas da agricultura de pequena escala que, historicamente, não teve grande atenção no país. (SILVA, 2005. p., 105)

É nesse cenário que se posiciona a instalação e consolidação da empresa Araupel S\A, na época ainda, Giacomet e Marondin S\A, com a finalidade de adquirir terras no sudoeste e região centro sul do Paraná.

A partir da colonização portuguesa, a terra no Brasil, passou a ser expressão de poder, e a partir daí disputas pela posse da terra, foram cada vez mais se acirrando, a concessão de sesmarias, no período colonial, permitida aos herdeiros da coroa, ou então concidadãos, sem nenhum parentesco com o indígena ou o negro escravizado. Isso excluiu um extrato gigantesco de camponeses do acesso a terra, tendo que submeter-se a trabalhar sob tutela e regime de quem detinha a terra, Segundo Alentejano *in* Caldart (2012), no entanto, “a concessão de sesmarias, embora fosse a única forma legal de acesso à terra na colônia, não foi a única forma efetiva de ocupação do território colonial pelos portugueses”. Existiu também os posseiros, que detinham apenas a posse sobre a terra, que era também reivindicada por “Homens livres e pobres da ordem escravocrata”. Assim como os senhores que detinham as terras sob o regime de sesmarias, garantiam o aumento de seus territórios adentrando em outros espaços. A lei de terras de 1850, que delimitou a propriedade da terra, somente sob meio de compra, garantiu a regulamentação do latifúndio, mediante uma exacerbada grilagem de terras, “pois a lei estabeleceu um prazo para a legalização das terras daqueles que

comprovassem titulação anterior das mesmas. Isso deu margem à falsificação de documentos, artificialmente forjados como antigos, a fim de assegurar o controle sobre as terras.” ALENTEJANO *in* Caldart, (2012, p., 743) No caso dos posseiros pobres, foram expulsos de seus territórios, pelos novos proprietários que reivindicavam ser donos das terras, bem como possuir escrituras das mesmas.

Como forma de ampliar sua taxa de lucro, o latifúndio busca ampliar suas fronteiras agrícolas, e garantir a extração de renda da terra. Em um primeiro momento o camponês que não tem a propriedade da terra, posseiro em diversas partes do país, é usado para abrir essas matas, e ampliar o espaço de lavoura. Segundo Mansani,(1974), no que se refere a região do vale do Iguaçu, no estado do Paraná, “A exploração dessas matas, com finalidade de aproveitamento da madeira, ou a sua devastação para permitir o avanço da lavoura foi muito intensa durante o século XX”. Quando posteriormente essas regiões são incorporadas ao modernizado setor agrícola, ou mesmo ao velho setor latifundiário agroexportador, está contido um trabalho anterior realizado pelo camponês, que quando expropriado, é expropriado pelo latifundiário da terra assim como de seu trabalho anterior, que se transforma em trabalho não pago, e está contido na renda da terra.

A região centro-sul do Paraná, tem municípios com uma estrutura fundiária baseada na grande propriedade da terra. Um setor industrial baseado principalmente na exploração primária de madeira, realizado etapas inferiores da industrialização, Segundo Silva (2005, 134) “A oferta de terras baratas atraiu muitos compradores e arrendatários, em particular do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, que adquiriram, em maioria, pequenas propriedades.” Esse é o conjunto de sujeitos que efetiva uma pequena agricultura de produção de subsistência existente na região, compõem também os sujeitos dessa disputa. Isso não exclui o fato da região ser caracterizada fundamentalmente pela grande extensão territorial e pouco povoamento, isso é claro sem considerar os posseiros e indígenas que entraram em constante confronto com aqueles que se diziam proprietários das terras. Silva (2005), afirma que o direcionamento da política, nas décadas de 1960 e 1970 tanto nacional como estadual acabou por provocar transformação no cenário agrário da região, isso é expressivo no que tange a industrialização e fortemente visualizada no setor madeireiro, o que não muda fundamentalmente a estrutura fundiária e o regime latifundiário da terra. Assim como o crescimento econômico da região.

Por fim ainda posicionando os sujeitos da disputa, esse território comportou a construção da famosa estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, da empresa BRAVIACO, (Companhia Brasileira de Viação e Comercio), em troca disso recebeu pela construção desse empreendimento uma área de 30 km, de cada lado da estrada, para explorar a madeira, bem como utilizar da terra. Esse fato foi cenário de conflito no campo, de enfrentamento de classes importante: O contestado, que não terá, no entanto, centralidade em nossa pesquisa, mas é um exemplo importante de organização dos trabalhadores, para além disso de conflito fundamental entre o latifúndio e o camponês. O que fundamental para a nossa pesquisa aqui é a expropriação de posseiros feita pela empresa após a concessão, bem como a inserção dos trabalhadores da estrada de ferro, que permaneceram na região sem ter como retornar e inserem-se dessa maneira no conflito. É datada desse período também que se instalam empresas madeireiras, como é o caso da bastante conhecida empresa Lumber, no norte do estado de Santa Catarina. No entanto muitas outras foram chegando ao território. A tentativa desse capítulo é posicionar a empresa Araupel S.A, na disputa de projeto, e assinalá-la como expressão da vitória da elite brasileira, grande proprietária de terra, na marca de sua consolidação nesse território.

3.1 ARAUPEL E A GRILAGEM DE TERRAS

Essas terras que hoje pertencem a empresa Araupel S.A, tendo como propriedades os imóveis: Rio das Cobras Florestal Ltda, Pinhal do Ralo Florestal Ltda, e Campo Novo, tem origem na expropriação do camponês, bem como a apropriação indevida através da prática de grilagem. Um conhecido sistema utilizado por grileiros, sujeitos que se apossam de terras alheias mediante falsas escrituras de propriedade. Utilizando do documento de análise da cadeia dominial realizado pela Advocacia e Procuradoria Geral da União, solicitado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) do estado do Paraná, vamos remontar a história dessas terras que hoje estão em posse da empresa. A análise de cadeia dominial tem por objetivo descobrir o caminho pregresso de dominialidade experimentado pelo imóvel rural, desde sua origem até a sua titularidade atual, passando por todas as transferências intermediárias. O que acontece dessa maneira é que a partir da lei de terras de 1850, todas as terras do Brasil, foram consideradas públicas e deveriam a partir dessa data ser

adquiridas por meio da compra, ou em muitos casos por concessão por parte do estado. Conforme o item 17 do documento referido:

17. Ocorre que as terras que compõem o território brasileiro são públicas³ nacionais em sua origem, decorrência natural do fato de o Brasil ter sido um País descoberto. Além disto, a História resgata a informação de que a Forma de Governo Unitária praticada no Brasil durante o Império também se apresenta como razão para as terras do território brasileiro serem consideradas como **bens nacionais** (bens pertencentes à Monarquia eram bens pertencentes ao Governo Central). Daí porque se parte da premissa de que, em sendo **públicas e nacionais** as terras brasileiras, **ao particular incumbe demonstrar a validade do destaque patrimonial realizado entre as esferas pública e privada**. (BRASIL. 2015. p., 6) GRIFO DO DOCUMENTO

Desse modo é preciso chegar até o domínio da união sob essas terras e descobrir os registros de transferência posterior. Esse é a forma mais legítima de tratar da nulidade ou não dessas terras, e o que nos permite dizer que são de origem indevida.

As terras, que estão em posse da empresa Araupel S/A, haviam sido concedidas pelo governo imperial, como já referido anteriormente aos proprietários da empresa para construir uma estrada de ferro São Paulo - Rio grande do Sul, assim como a concessão gratuita das terras ao lado da ferrovia. Está aí a origem primeira de transferência público privada dessas terras segundo a análise documental da cadeia dominial podemos identificar.

0 Em 9 de novembro de 1889 o Governo Imperial concedeu ao Engenheiro João Teixeira Soares, ou à Companhia que o mesmo viesse a organizar, o privilégio para a construção, uso e gozo, de uma estrada de ferro que, partindo das margens do Itararé, na Província de São Paulo, iria terminar na Província do Rio Grande do Sul;

.1 Além do privilégio e da autorização para a construção da mencionada ferrovia, o Governo Imperial concedeu ainda ao Engenheiro João Teixeira Soares a “*cessão gratuita das terras devolutas em uma zona máxima de 30 quilômetros para cada lado do eixo das linhas de que se trata*”. (BRASIL, 2015 p.,11 12)

Em 1940, o governo Federal reincorpora essas terras que pertenciam a empresa ao patrimônio nacional, elas voltam a pertencer a união, sob o decreto de lei N° 2.073/1940, esse decreto abarca o território que comporta as terras que posteriormente viriam a ser da empresa

Giacomet-Marodin. Ignorando tais determinações da lei federal o estado do Paraná faz concessões de grandes áreas a empresas colonizadoras.

.6 A União, na tentativa de assegurar o ressarcimento de créditos concedidos antecipadamente à Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande do Sul, no valor de 3.000.000,00 de libras esterlina, editou o **Decreto-lei nº 2.073/1940**, incorporando ao seu patrimônio todos os bens a ela pertencentes, inclusive e principalmente as terras rurais situadas nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Paraná. O mesmo ato dispôs ainda que **“ficam rescindidos os contratos existentes entre a União e a Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande**, (idem. 2000. p., 12,13)

Essas terras, no entanto, foram concedidas novamente à companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio grande, pela Secretaria de Estado e Negócios de Obras Públicas e Colonização do estado do Paraná, que conivente com a grilagem de terras outorgou em 1944, um título de revalidação dessas terras em favor da companhia. Uma área no total de 63.004,0000 hectares, essa área corresponde ao imóvel de “propriedade da empresa Araupel S/A”. Na data de 03/12/1935, essas terras foram transferidas para a Companhia Colonizadora e Mercantil Paranaense S/A e assim chegaram sob a propriedade e domínio atual da empresa Giacomet- Marondi S/A Os títulos espedidos no estado do Paraná, tanto na esfera pública quanto privada são declarados nulos e objeto de antigas grilagens.

Um último elemento importante para a análise, e que permite afirmar que, trata-se de apropriação indevida, é sustentada no fato que essas terras estão em território de faixa fronteira que segundo a constituição estão sob tutela e propriedade do estado nacional, que a partir da constituição federal de 1937 delimita uma área de 150 Km, essa determinação se mantém até os dias atuais na constituição Federal de 1988. O interessante e até mesmo curioso nesse caso, é que tange própria determinação de leis do estado do Paraná, a titularidade espedida para a empresa não tem validade, como observar no Art. 1 e 7:

Art. 1º - As terras devolutas compreendidas dentro dos limites do Estado do Paraná e a ele exclusivamente pertencentes, ex vi do art. 64 da Constituição dos Estados Unidos do Brasil, só podem ser adquiridas a título de compra ou pela transmissão de seu domínio útil por aforamento.

(...)

Art. 7º - A área total de cada posse legítima, em virtude do art. 4º, § 4º, desta Lei, nunca poderá exceder os seguintes limites: em terras de lavoura cem (100) hectares, em hervas cem (100) hectares, em faxinais ou campos de criação dois

mil (2.000) hectares, tendo o posseiro preferência para a compra do excedente, pelo disposto no art. 10º desta lei. (Idem. 2015. p., 10)

O estado do Paraná, que realizou uma revalidação de titularidade, sem considerar o decreto nacional, titulariza com concessão gratuita uma área que é muito maior á permitida pela legislação, no caso de áreas devolutas do estado. E o faz por via de concessão gratuita, ignorando o termo de lei que garante que essas terras sejam adquiridas somente a título de compra ou pela transmissão de seu domínio útil por aforamento, conforme cita o artigo.

5. A aludida Ação Ordinária postulou a declaração nulidade de títulos dominiais do imóvel rural denominado "Fazenda Rio das Cobras", situado no Município de Quedas do Iguaçu/PR, concedidos indevidamente pelo Estado do Paraná a particulares, por se constituírem em áreas de domínio da União.

6. De fato, dos estudos técnicos realizados pela Autarquia e dos Pareceres jurídicos elaborados restou demonstrado, dentre outros aspectos, **a)** que os títulos dominiais que compõem a cadeia dominial da área emanaram de titulação ilegítima outorgada pelo Estado do Paraná na Faixa de Fronteira (área original com cerca de 63.004,000 hectares – sessenta e três mil e quatro hectares) e **b)** que tal titulação extrapolou os limites constitucional e infraconstitucional de regência para a matéria e **c)** que com a edição, pelo Governo Federal, do Decreto Federal nº 2.073/1940, foram incorporadas ao patrimônio da União diversas glebas de terra, inclusive todos os bens da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande (BRAVIACO), em especial este que fora objeto da demanda anulatória. (Idem. 2015. p., 2)

Por fim um último elemento a respeito da procedência das terras hoje em propriedade da Araupel, e que remonta uma história de violência no campo bem como apropriação indevida, nos faz atentar para o caso específico da área já citada nesse texto: Pinhal do Ralo, localizada no municípios de Nova Laranjeiras e Rio Bonito do Iguaçu, A origem mais remota encontrada na cadeia dominial a venda feita por Theófilo Soares Gomes e outros para Luiz Vicente de Souza Queiroz, filho de Francisca Paula de Souza Queiroz, mais conhecida como Baronesa de Limeira, posteriormente o Estado do Paraná titulariza duas faixas de terra correspondentes hoje a Fazenda Pinho do ralo, aos herdeiros da Baronesa de Limeira, que ficou com as áreas na forma de concessão, essas terras foram divididas em 11 quinhões. Nesse caso o estado do Paraná outorgou sob alegação de posse. Posteriormente essas terras forma adquiridas por terceiros não vinculação com os herdeiros legítimos, por meio de cessão hereditária.

38. Portanto, a hipótese dos autos contempla a um só tempo: uma cessão de direitos obrigacionais inapta aos fins pretendidos; uma interveniência de

terceiros estranhos ao eixo familiar do inventário e um indevido registro perante cartório imobiliário.

39. E se é verdade que no Código Civil de 1916 não havia dispositivo definidor deste tipo específico de cessão praticado no encadeamento sucessório, também é verdade que havia uma referência explícita à cessão, como gênero, que encontrava respaldo no artigo 1.078, pelo qual aplicavam-se às cessões deste tipo os dispositivos sobre a cessão de direitos em geral, desde que não houvesse outro modo especial de transferência. Só que havia! (BRASIL 2015, p., 12)

Pois bem, essa é a origem das terras em propriedade da empresa Araupel S/A, que se configura como uma empresa agrícola, e tem na concentração fundiária, monocultivo de produção de bens primários, bem como a realização de etapas inferiores da industrialização, a forma hegemônica de produção moderna do capitalismo dependente. O objetivo inicial da empresa na região na data de sua consolidação na região em 1972, esteve em adquirir terras. As propriedades da empresa abrangem cinco municípios no estado, são eles: Quedas do Iguaçu, Três Barras do Paraná, Rio Bonito do Iguaçu, Espigão Alto do Iguaçu e Nova Laranjeiras. Instalou sua sede no Paraná, no ano de 1976, bem como uma unidade industrial, ambas na cidade de Quedas do Iguaçu. Somente no ano de 1997 que sua denominação é modificada para Araupel S.A, por essa razão ainda é comum que os trabalhadores á denominem fazenda Giacomet.

3.2 SOBRE A EMPRESA ARAUPEL S.A.⁴

A empresa Araupel S.A, forma-se da fusão de dois grupos do ramo madeireiro do estado do Rio Grande do Sul: Madeireira Giacomet S.A. e a Marodin Exportação S.A. Instalam-se na região centro-sul do Paraná na década de 1972, é datado desse período a consolidação de seu latifúndio frente os métodos anteriormente apresentados nesse capítulo, á área hoje é de 85.000 hectares de terra.

Em um primeiro momento, investe em alguns outros tipos de cultura, soja arroz e milho, no ano de 1973, até mesmo industrialização de erva mate para exportação, no ano de 1978. No entanto sua principal atividade foi a exportação da madeira da reserva florestal tendo principalmente para o mercado exterior. Tanto que nos anos posteriores a empresa foi abandonando os outros produtos, seja na produção de grãos, gado de corte, ou erva-mate, e

4 Algumas dessas informações foram retiradas do site oficial da empresa, disponível em:

CADE??

especializando-se na extração, beneficiamento, e exportação da madeira. Principalmente a partir da introdução de reflorestamentos plantados, iniciado no ano de 1992. Uma questão importante para se analisar é o fato de que é apenas a partir dos anos 2000 que a empresa investe em mecanização nos processos de produção, e colheita da madeira.

Hoje ela concentra suas unidades industriais nos municípios de Quedas do Iguaçu e Guarapuava, ambos municípios do estado do Paraná, e ainda mantêm sua sede administrativa em Porto Alegre no Rio Grande do Sul. Os reflorestamentos, da empresa concentram-se na produção de *Araucária Angustifolia*, *Pinus Taeda* e *Eucalyptus Grandis*, que compreendem cerca de 15.000 hectares de área plantada. A partir de 2003 ela vincula seu capital com duas associações norte americanas, aparentemente sem fins lucrativos, que organizam o comércio exterior, são elas: *Moulding & Millwork Producers Association (MMPA)*, *Association of Millwork Distributers (AMD)*, em uma análise ainda que superficial, elas servem para criar padrões da madeira e alguns produtos manufaturados que chegam no mercado norte americano, assim como facilidade de certificações e questões de tramite judicial.

Por fim ainda, mesmo que isso não esteja na centralidade da nossa análise, a partir da análise de um documento disponibilizado online pela empresa: Resumo público do plano de manejo do ano de 2011 é possível identificar uma tendência importante, para a nossa análise que indica a condição de superexploração do trabalho e o baixo nível tecnológico. Pois existe uma falsa ideia de que para conter o desemprego nos países periféricos é preferível lançar mão de uma menor utilização de tecnologia, o que é compensado na superexploração do trabalhador e da trabalhadora no processo de produção.

7. Operações Florestais

Para as atividades de Manejo Florestal a Araupel dá preferência à utilização de operações mecanizadas e semi-mecanizadas para possibilitar a oferta de emprego na região, buscando minimizar os problemas sociais decorrentes do desemprego. O sistema de manejo florestal dos plantios de *Pinus* é baseado no planejamento e desenvolvimento das seguintes operações:

- Produção de mudas (viveiro);
- Preparo de solo;
- Plantio (manual);
- Poda de árvores;
- Roçada (mecânica, manual e química com produtos permitidos pelo FSC);
- Controle de pragas;
- Desbaste seletivo/sistemático;
- Corte raso.
- Carregamento e Transporte florestal.
- Construção de Estradas.
- Prevenção e combate a incêndios florestais. (ARAPEL, 2011, p.,10)

4 ARAUPEL S.A E O PROJETO DE CLASSE

Criada no auge do desenvolvimento do capitalismo mundial, a economia brasileira, se desenvolve em estreita consonância com este. É preciso desse modo compreendê-la inserida nessa dinâmica. Ruy Mauro Marini (2000, p.,109) vai dizer que o que se estabelece é: “a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações, formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência”.

Existe, portanto, segundo Marini (2000), uma condição de dependência a qual já identificamos nesse trabalho, na consolidação da divisão internacional do trabalho o Brasil é responsável pela produção de bens primários, que abastecem o mercado internacional, isso se intensificou a partir do endividamento das economias de capitalismo periférico, também já evidenciado nesse trabalho. Pois bem, a característica da acumulação dependente está na transferência de valor com intercâmbio desigual, que se estabelece aqui na relação com o capitalismo internacional é compensado na esfera da produção com a superexploração do trabalhador e da trabalhadora. Mesmo o que representou o desenvolvimento industrial latino americano, o que temos é uma industrialização de etapas inferiores da produção, com baixo e dependente nível tecnológico, de uma cisão no ciclo do capital que diverge entre estrutura produtiva e as necessidades das massas, pois não se trata de uma economia preocupada com seu desenvolvimento, assim como o desenvolvimento pleno de seus habitantes. Enquanto as economias de centro, predomina a expansão da acumulação através da elevação da produtividade e da extração de mais-valia relativa, nas economias dependentes predomina a expansão da acumulação através da superexploração do trabalhador.

Isto é, vinculada a nossa experiência antidemocrática, escravista e conservadora, o que nos consolida enquanto economia agroexportadora, que concentra as riquezas nas mãos de uma pequena parcela da população, assim como recria as relações de produção de forma a assegurar a reprodução ampliada da dependência. Esse é o projeto político e de classe⁵ que é

5 Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno *histórico*. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.

A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe, é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores,

vitorioso com o golpe de 1964, ao qual a empresa Araupel S.A, é expressão. Representa da mesma forma uma derrota da classe trabalhadora, principalmente dos camponeses, e de seu projeto, mesmo que não estivesse articulado de maneira homogênea e com abrangência nacional.

Antes de retomarmos o aspecto do pacto político que permite a empresa Araupel S.A. instalar-se na região centro-sul do estado do Paraná na década de 1972, vamos fazer uma inflexão necessária para entender os projetos de classe envolvidos nessa disputa. Principalmente no que é expressão da derrota do campesinato e de um projeto para o campo.

Pois bem, no que tange o projeto político pautado pelos intelectuais e partidos de esquerda, na década de 1960 defendia-se uma ampla aliança com a burguesia nacional ligada a indústria, na tentativa de consolidar a reforma agrária, resolvendo assim a questão fundiária, ao mesmo passo que ampliava seu mercado interno. Apostando no desenvolvimento autônomo e anti-imperialista “A reforma agrária havia sido apresentada por vários grupos políticos, que sustentavam o governo Goulart como medida que, entre outras coisas ampliaria o mercado interno, interessando, portanto, a própria burguesia” MARTINS (1981 p. 94). Esse projeto, tinha como sujeito ativo do processo revolucionário o proletariado, na aliança proletário burguesa. Aí reside o limite de interpretação, do que seria a revolução brasileira. O camponês visto como sujeito apolítico a partir da interpretação da esquerda precisava antes proletarizar-se para compor o projeto. Isso deriva fundamentalmente de uma interpretação equivocada da análise a respeito da acumulação primitiva de Marx, fruto das traduções com interpretações reduzidas e equivocadas que chegaram na América Latina nesse período. Esse projeto foi derrotado, pois a burguesia abandona a aliança, demonstrando sua tradição colonial de subserviência, e sua preocupação primária e principal com a sua taxa de lucro. “A burguesia e os grupos estrangeiros tinham a sua própria concepção sobre o modo de prover mudanças na estrutura fundiária e, ao mesmo tempo, ampliar o mercado interno” MARTINS (1981, p., 94).

Segundo MARTINS (1981), o projeto político dos camponeses, não chegou ter amplitude e definição de projeto, pois não conseguiu se consolidar com abrangência nacional, constituíram-se fundamentalmente em organizações regionais, por essa razão não chegou a formular contornos precisos de projeto. No entanto a contradição fundamental de classe entre

ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece como determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. (THOMPSON, 1987 p. 10)

o camponês e o latifundiário é encontrada na apropriação do capitalista sob a renda fundiária. E o projeto dos camponeses constituído no enfrentamento de classe postulou uma proposta de reforma agrária radical, que se realizada transformaria as bases da nossa economia. O projeto dos camponeses foi derrotado primeiro em 1850 com a lei de terras e agora novamente com o Estatuto da Terra o projeto vencedor da burguesia aprovado em fins de 1964, ainda no primeiro ano de golpe.

Se tivesse ocorrido uma solução diversa para a nossa secular questão agrária, uma solução democrático-revolucionária, e não prussiana, isto teria aberto o espaço efetivo para uma industrialização centrada no mercado interno popular; uma tal industrialização – expandindo-se de baixo para cima – poderia ter evitado a monopolização precoce e a dependência tecnológica ao exterior, que estão na raiz do modelo capitalista dependente-associado que efetivamente triunfou (COUTINHO *in* Brás. 2013 p., 41)

Por fim, o projeto vencedor, o projeto da burguesia, que foi colocado em tramitação logo após o golpe de 1964, já estava sendo preparado antes mesmo da tomada de poder, através de golpe de estado, pelos militares, pode-se dizer também pela burguesia brasileira e grupos do imperialismo norte americano. A burguesia brasileira ligada ao setor industrial abandona a aliança de frente única, aposta do PCB e outros setores da esquerda brasileira. Encontra, a burguesia, uma outra maneira de resolver a questão fundiária e garantir seus lucros, sem precisar romper com a concentração de terras. Segundo MARTINS (1981), antes mesmo de ser consolidado o golpe um grupo de empresários, comerciantes banqueiros para além de representantes do imperialismo internacional, haviam convocado um grupo de técnicos para estudar a situação da questão agrária, e desse modo, propor uma solução para essa questão que garantisse os direitos e sanasse os anseios da burguesia nacional e o imperialismo norte americano. Esse projeto serviu de base para a elaboração do Estatuto da Terra.

O Estatuto da terra aprovado no final do ano de 1964, define a propriedade pela sua utilização, o que posteriormente os movimentos de luta pela terra vieram a chamar e reivindicar para fins de desapropriação, a função social, do uso da terra. Classifica as propriedades em minifúndio empresa, latifúndio por dimensão e por exploração. Dá ênfase sobretudo na construção de empresas rurais, de modernização do campo brasileiro, com parte do subsídio bancado pelo estado “Prevê uma política de remembramento de pequenas propriedades e a fragmentação do seu aparecimento mediante fragmentação de propriedades

maiores” MARTINS (1981., p. 95). É sobretudo danoso para os camponeses sem terra. O estatuto previa desapropriações, como já dito antes nesse trabalho, somente em áreas de conflitos social que pudesse representar algum tipo de dano para o regime militar. Para além disso define como essencial para resolver as situações conflituosas, e de redefinição agrária: a colonização de novas áreas, sobretudo na Amazônia e região Centro Oeste. A burguesia com o estatuto da terra estabelece uma política desenfreada de concentracionismo, beneficiou-se através da criação de empresas no campo e de grilagem de terras, como vimos no caso da instalação da empresa Araupel S.A., E com isso tira o caráter político e revolucionário da reforma agrária, assim como tem por função desmobilização os camponeses.

Por fim ainda, um elemento essencial para a nossa análise, é sobretudo na década de 1970, tivemos uma ampliação gigantesca de terras devolutas ocupadas por posseiros, sem título de propriedade, terras que diziam ser desocupadas, sem donos. Isso ocorre não somente nas regiões de abertura da fronteira agrícola, na Amazônia e região Centro-Oeste, mas em todas as regiões do país. Desse modo ampliaram-se grandemente os conflitos entre camponeses e empresas rurais, grileiros e latifundiários. Para além de acentuação de conflitos sob os territórios indígenas novamente ameaçados, pois esses territórios constituíam também interesse da burguesia e grupos empresariais estrangeiros. Isso sobretudo beneficia uma concentração ainda maior da propriedade de terra, e sobretudo de apropriação da terra por meio de grilagem e expropriação do camponês.

Em 1950, 80,8% dos estabelecimentos rurais do país eram de proprietários de terras e 19,2% eram de não proprietários (arrendatários, parceiros e posseiros); em 1975, os estabelecimentos de proprietários haviam sido reduzidos a 61,9% e de não proprietários haviam subido para 38,1%. Enquanto em 1950 havia 4,2 proprietários para 1,0 não proprietário, em 1975 essa relação havia sido substancialmente alterada na proporção de 1,6 para 1,0. No caso de pequenos estabelecimentos agrícolas a proporção, em 1975, era de 1,0 para 1,3 (MARTINS 1981, p., 98).

Esse é o projeto político vencedor em 1964, que consolida uma economia dependente, agroexportadora, em alinhamento com o imperialismo norte americano, bem como a ampliação da concentração fundiária sob apropriação da renda da terra por parte da burguesia. Se a situação da questão agrária brasileira, fosse resolvida de maneira diversa democrática e revolucionária e não à prussiana, como bem pontuou Carlos Nelson Coutinho (2005) em sua análise da via prussiana na política brasileira, teríamos inversões e transformações estruturantes de nossa economia. Segundo MARTINS (1981) Ocorre, no entanto, que a

burguesia brasileira encontrou uma maneira diversa de solucionar a questão fundiária. Enquanto os partidos de esquerda e demais grupos progressistas apostavam na aliança de classe com a burguesia, de forma a ampliar o mercado interno através da reforma agrária, e constituir um desenvolvimento capitalista autônomo e anti-imperialista, a burguesia apostou na extração de renda fundiária para aumentar seus lucros, o fez através da expulsão dos camponeses e da apropriação de terras via grilagem. Esse movimento da economia para a consolidação de empresas rurais, modernizou o campo brasileiro sem mexer na estrutura concentracionista da terra, ao contrário acentua a nossa concentração fundiária, e o faz a partir da ampliação de conflitos e violência no campo. Mesmo assim realiza tarefas inferiores da produção. A burguesia aceitou, assim, o seu papel de sócia menor frente ao capital internacional, encontrando forma de manter elevada a sua taxa de lucro. Os camponeses, assim como o projeto de reforma agrária são novamente derrotados.

Esses são, portanto, os condicionantes que abrem possibilidade para a instalação e consolidação da empresa Araupel S.A., no ano de 1972, ela é expressão do projeto vencedor em 1964, o projeto da burguesia. Instala-se na região, através da expropriação dos camponeses posseiros, por via de grilagem de terra, da maneira mais inescrupulosa possível, condizendo com a prática consolidada pela burguesia brasileira ao longo da história. Entra para dentro do território ignorando todas as leis nacionais e do próprio estado, isso verifica-se através do exame de cadeia dominial, realizado no segundo capítulo desse trabalho. Trata-se como já nos referimos, de um rompimento com o projeto de desenvolvimento autônomo e anti-imperialista.

Ela é consolidada a partir e dentro dessa conjuntura e projeto, estabelecendo a derrota do projeto camponês. Postula-se dessa forma como podemos identificar a partir dos dados apresentados no segundo capítulo, como uma empresa rural, grande proprietária de terra, de produção monocultora, tendo como mercado principal o capital internacional, prioritariamente os Estados Unidos. Organiza processos inferiores da produção, com baixo nível tecnológico e tendencialmente, com superexploração do trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou evidenciar, o projeto político ao qual a empresa Araupel S.A. se vincula, a partir do processo de ocupação do território ainda na década de 70, em plena ditadura militar, onde se consolida o projeto de modernização conservadora para o campo que se resolve o problema emergente da questão fundiária, sem mexer na concentração da terra. É a partir daí que a pauta da reforma agrária passa a ser revolucionária e anticapitalista, e é abandonada pela burguesia.

Para tanto a pesquisa baseou-se na teoria da dependência, prioritariamente da análise de Ruy Marini de forma a compreender a peculiaridade do desenvolvimento capitalista brasileiro, identificando a derrota política da esquerda e da classe trabalhadora com o golpe de 1964, bem como os projetos políticos derrotados e os que se tornaram hegemônicos. A partir da leitura das fontes pode-se concluir que instalação da empresa Araupel S/A, na região centro sul e sudeste do Paraná, deve-se ao fato de uma nova política econômica de concentração da terra, extração e especulação da renda fundiária pela burguesia.

A empresa pode ser compreendida a partir desse projeto de classe. Consolida-se dessa maneira, como já afirmado anteriormente, com uma economia de caráter dependente, com estreita relação com o capital internacional. Dependente principalmente no que tange a matriz tecnológica, e desse modo condiciona a classe trabalhadora a uma situação de superexploração da força de trabalho, com poucas garantias de reprodução da vida, no que tange aos direitos básicos da humanidade. Esse é o projeto político ao qual a empresa se vincula, e reproduz, até os nossos dias.

A empresa Araupel S/A adentra no território, através da grilagem de terras, como pode ser comprovado através da análise de cadeia dominial, se constitui dessa forma como uma empresa agrícola de bens primários prioritariamente destinados à exportação. Esse é o modelo hegemônico que se instala no campo a partir da derrota política da esquerda, como podemos evidenciar através da análise do projeto da burguesia para o campo que tem sua síntese e elaboração no estatuto da terra de fins de 1964.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANDRADE, Manuel Correia. A Terra e o Homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE. 1998.

Outros Documentos:

ARAUPEL. **Plano de manejo: Resumo Público** – f.25. Paraná. 2011. Disponível em: :
Data: 24 de Setembro de 2017.

BRAS, Marcelo, NETTO, José Paulo. **Economia Política** – uma introdução crítica. São Paulo: Cortez; 2007.

BRAS, Marcelo, org. **Samba, cultura e sociedade** – São Paulo: Expressão Popular. 2013

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Processo Administrativo: Confeção de Cadeia dominial** – f. 27 Imóvel Rio das Cobras: Curitiba 2015.

BRASIL. Advocacia Geral da União. **Processo Administrativo: Confeção de Cadeia dominial** – f. 24 Imóvel Pinhal Ralo: Curitiba 2015.

CALDART. Roseli, org. **Dicionário da Educação no Campo** – São Paulo: Expressão Popular. 2012

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **O atual resgate crítico da teoria marxista da dependência.** Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 11 n. 1, p. 191-205, jan./abr. 2013

KONDER, Leandro. **A Derrota da Dialética** – 2 edição São Paulo: Expressão Popular. 2009

LAVALLE. Ailda Mansani. **A Madeira na Economia Paranaense** – 1974. 158 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1974. LINHARES, Maria Yedda Leite: **Terra Prometida: Uma História da Questão agrária no Brasil.** Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência: Uma antologia a obra de Ruy Mauro Marini** – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, Dependência e Neoliberalismo na América Latina-** São Paulo: Boitempo, 2011

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a Política no Brasil** – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1981

SILVA, Márcia da. **Territórios conservadores de poder no centro-sul do Paraná** – 2005. 263 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Presidente Prudente, 2005.

STEDILE, João Pedro, org. **A questão Agrária 2** – São Paulo: Expressão Popular. 2005

TRASPADINI, Roberta. STEDILE, João Pedro (org) **Ruy Mauro Marini Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular. 2005.

THOMPSON, Edward P. Trad. Denise Bottman. **A Formação da Classe Operária Inglesa: A árvore da liberdade** – São Paulo: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward P. **A história vista a partir de baixo**. São Paulo: Unicamp. 2001.